



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

BIOPOLÍTICA, NECROPOLÍTICA E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL

Ana Paula Azevedo da Rocha¹
anapaula_azevedo31@hotmail.com

(X) Apresentação Oral (GT)
() Exposição de Banner
GT pretendido: 9

RESUMO (caixa alta, negrito, tamanho 11)

O envelhecimento populacional é um processo pelo qual o Brasil vem passando de forma mais acentuada ao longo dos últimos anos, mas que teve seu início ainda na década de 1970. Essa dinâmica populacional está relacionada a transformações na qualidade de vida da população, a alterações socioeconômicas e estruturais vivenciadas pelo povo brasileiro ao longo do século XX, em especial em sua segunda metade. Diante deste contexto, torna-se necessário refletir sobre como o Estado tem lidado com os efeitos do envelhecimento, a saber, o aumento do número de idosos compondo a população brasileira. Sendo assim, este trabalho buscou refletir sobre a Biopolítica e a Necropolítica como instrumentos de gestão populacional, tendo como ênfase sua relação com a população idosa brasileira.

Palavras-chave: Pessoa idosa; Gestão populacional; Pessoa idosa;

INTRODUÇÃO

Considerar o envelhecimento populacional e suas consequências espaciais e econômicas como um problema de pesquisa dentro da ciência geográfica não é algo que pode ser feito entendendo a população apenas pelo prisma da estatística e da mudança de suas taxas – natalidade, mortalidade e fecundidade, por exemplo – ao longo do tempo. É necessário compreender a população como um elemento que compõe uma sociedade e que está ligada à forma de funcionamento e às normas estabelecidas pelo modo de produção vigente.

Sendo assim, é fundamental considerar as análises de Carlos e Rossini (1983), que apresentam o entendimento de que a população não pode ser considerada como um elemento imaginário, sem conexão com a realidade na qual está inserida, ajudando a compor e produzir. As autoras debatem a população entendendo-a como aquela que produz o espaço e as mercadorias que consome.

A população, segundo as referidas pesquisadoras, tem sua reprodução atrelada às necessidades do desenvolvimento e aos interesses do capitalismo, respondendo, assim, aos estímulos que esse modo de produção impõe por conta de sua lógica de reprodução de riqueza. São os compositores da população os produtores das riquezas apropriadas pelo modo capitalista de produção e às quais essa mesma população não possui acesso.

¹ Graduada, mestre e doutora em Geografia. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon. Paraná

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

É contraditório o fato de que a riqueza é produzida pela população e, ao mesmo tempo, essa população seja a responsável pela falta de recursos para sua reprodução. Harvey (2008) traz o entendimento de que, a partir da concepção neoliberal, o indivíduo torna-se responsável por si e por seu próprio bem-estar, isentando o Estado da responsabilidade de manutenção de elementos básicos à sua população. À medida que essa ausência social é posta em prática, os grupos populacionais mais pobres ficam relegados à própria sorte, já que o Estado deixa de alcançar os socioeconomicamente mais vulneráveis.

A adoção desse viés neoliberal é uma forma de administrar a economia na qual o Estado não deixa de existir nem de atuar, ele segue atuante e presente, criando as condições necessárias para que as corporações sigam acumulando capital e mantendo seus lucros. O Estado funciona, então, de forma a dar suporte para que o capitalismo se reorganize em suas crises, continue sendo rentável e lucrativo para os capitalistas, em detrimento dos indivíduos que compõem uma sociedade cada vez mais paupérrima e socialmente desamparada (Harvey, 2008).

Partimos do princípio de que o Estado segue atuante para garantir os ganhos das corporações, as necessidades da população são postas de lado, evita-se a aplicação de dinheiro na manutenção de serviços básicos, trilha-se pelo caminho da privatização e da omissão estatal frente aos diversos serviços públicos. À medida que o Estado não oferta serviços e a população não possui condições financeiras de custear suas necessidades básicas de sobrevivência, caminha-se em direção a uma forma de gestão populacional condizente com a ideia de fazer morrer, estabelecida por Mbembe (2018).

METODOLOGIA

O trabalho teve como objetivo refletir sobre o envelhecimento populacional e as estratégias adotadas pelo Estado para lidar com este grupo etário. Para tanto, optou-se por realizar tal análise a partir dos conceitos de Biopolítica e de Necropolítica. Sendo assim, são apresentados os dois conceitos, a partir do entendimento dos autores que os estabelecem; na sequência, tais conceitos são articulados ao processo de envelhecimento populacional brasileiro; utiliza-se como contexto para o desenvolvimento das reflexões o modo capitalista de produção em sua fase neoliberal. O trabalho foi desenvolvido a partir de análises bibliográficas de artigos e livros e o estabelecimento da articulação destas análises com o processo de envelhecimento populacional.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Considerando o que estabelece Raffestin (1993), de que o poder não é um objeto a ser possuído, e sim um elemento que só pode ser verificado por meio de relações que se estabelecem entre indivíduos, é que se chegou ao conceito de biopolítica e de necropolítica como instrumentos para compreensão das políticas de gestão da população. Tendo em vista que tais políticas são formas de os governantes

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

estabelecerem relações de poder com seus governados, gerindo assim a população, mas com objetivos e formas de agir distintos entre ela.

Assim, a biopolítica é um conceito desenvolvido por Foucault (1988) e refere-se ao uso do poder pelo Estado para gerir e controlar a vida da população em seus aspectos biológicos, como saúde, natalidade, higiene, etc. Com a biopolítica, o poder passa a ser exercido de forma mais generalizada, pelas políticas públicas que buscam controlar a vida da população como um todo.

A biopolítica preocupa-se não com a pessoa enquanto um indivíduo, nem com a sociedade enquanto corpo social, ela preocupa-se com a população: “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento” (Foucault, 2005, p. 293).

O biopoder não é composto só de vida e de poder sobre a vida, faz parte desse processo a morte. E, com isso, chega-se ao questionamento de quem irá morrer, ou quem pode morrer. Foucault (2005) esclarece-nos que é o racismo o responsável por delimitar quais grupos ou indivíduos que podem morrer e quais grupos ou indivíduos que precisam ser protegidos pelas políticas estatais. Segundo esse autor, o racismo é “[...] o meio de introduzir, afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte; o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (Foucault, 2005, p. 304).

Por esse viés e considerando a população brasileira ao longo de sua história, é possível observar que apenas um pequeno grupo escapa desse racismo. A biopolítica, o fazer viver, é instituído apenas para alguns. Dessa forma, deixar morrer é muito mais do que matar diretamente com pena de morte ou por ordens expressas. O deixar morrer é muito amplo, abrange ações ou omissões governamentais de diversas formas, como por exemplo: a não criação de políticas educacionais, a falta de atendimento médico, não implantar saneamento básico, não combater à fome e à pobreza.

Outro conceito que traz implicações diretas no contexto das políticas públicas para idosos no Brasil é o de necropolítica. O fazer viver, muitas vezes, acontece para um grupo muito menor do que o grupo que é deixado para morrer. E é considerando essa proporção de vida e morte nos países pobres que Mbembe (2018) cunha o conceito de necropolítica. Isso porque, a partir dos espaços que ele utiliza para sua análise, a morte é muito mais frequente. As ações de fazer morrer são tão mais comuns do que as de fazer viver, que não faz sentido, segundo o referido autor, falar em fazer viver. O que faz sentido é o fazer morrer, já que as ações objetivam mais morte do que vida.

O conceito de necropolítica surge como uma reflexão a partir da biopolítica de Foucault (2005), de como esse conceito pode ou não ser suficiente para entender os processos de guerra e dominação que ocorrem para além das fronteiras europeias. É possível estabelecer relação entre o conceito de necropolítica e as formas como os governos têm lidado com sua população. O fazer viver e deixar morrer – biopolítica – e o fazer morrer e deixar viver – necropolítica – não estão só na relação Europa Ocidental e o resto do mundo. No interior dos países e cidades, também é possível

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

distinguir áreas e populações dignas de comoção, assombro e horror frente a uma tragédia, e áreas e populações cujo sofrimento não gera indignação.

O conceito de necropolítica faz muito sentido em países como o Brasil, no qual a desigualdade entre a população é abissal, e essa desigualdade é observada em diversos aspectos, como por exemplo: escolaridade, renda e taxa de mortalidade. Compreender a biopolítica é fundamental para o entendimento da necropolítica, já que, como o próprio Mbembe (2018) diz, seu conceito foi estabelecido a partir de uma leitura da biopolítica de Foucault (2005), mas considerando a realidade dos países da periferia do capitalismo mundial. A contraposição dos dois conceitos é interessante para verificar aquele que mais se adequa às análises do presente trabalho.

Nesse sentido, verifica-se em Grisoski e Pereira (2020) a relação entre biopolítica e necropolítica, demonstrando a biopolítica como controle sobre a vida e a necropolítica como a política de morte, sendo essa última importante para explicar realidades contemporâneas não europeias. O que indica a importância da necropolítica para auxiliar a compreender fenômenos que ocorrem em países que estejam à margem da Europa Ocidental de Foucault, como os da América Latina, África e Ásia.

Na pesquisa, pensamos a transição demográfica e, por consequência desse processo, o envelhecimento populacional brasileiro a partir da necropolítica. As ações políticas, como já pontuadas, não se dão ao acaso, estão cheias de intencionalidades e de intenções humanas (Raffestin, 1993). Com a necropolítica não seria diferente, é uma política de morte cheia de intencionalidades, que é operada e gerida pelo Estado.

Mas se falamos em necropolítica, consequentemente, falamos também em necropoder, ou seja, o poder da morte. Mas esse poder da morte não emana de grupos paralelos de poder, falamos aqui do poder do Estado, que, segundo (Bobbio, 1987), é a forma de poder legitimada pela sociedade. E nesse caso, ao invés de agir para fazer viver, criando condições e políticas públicas para tal, age no sentido de fazer morrer, à medida que não cria políticas, que se omite e permite que a população morra.

A necropolítica, em contraponto à biopolítica, é um conceito que se refere ao uso do poder para controlar e gerenciar a morte e a violência, em vez da vida e do bem-estar da população. As políticas para idosos no Brasil são atravessadas por dinâmicas que envolvem tanto a biopolítica quanto a necropolítica, isto é, práticas que visam a gerir e controlar a vida e a morte dessa população.

Para lidar com as dinâmicas de biopolítica e necropolítica nas políticas para idosos no Brasil, é fundamental adotar uma perspectiva de valorização da vida e da dignidade desses indivíduos. Isso implica a adoção de políticas públicas que promovam a inclusão social e a autonomia dos idosos, por meio do acesso a serviços de saúde e assistência social de qualidade, além de ações de conscientização da sociedade sobre a importância e o valor dos idosos como sujeitos ativos e participativos na sociedade.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de que o poder econômico está associado ao poder estatal na gestão da população, inclusive da população idosa, leva à reflexão sobre uma visão utilitarista. Nesse sentido, os idosos são frequentemente deixados à margem, com poucas oportunidades de participação plena na sociedade e de estabelecerem conexões sociais significativas. A análise é feita a partir da lógica do modo capitalista de produção, na qual o objetivo é o lucro, um grupo que não pode mais trazer benefícios e ganhos para o Estado, e para o sistema capitalista como um todo, perde relevância e motivos de existência.

A partir do momento que a população, ou que um grupo da população, não tem mais utilidade no sistema capitalista, não servindo para gerar recursos e trazer ganhos ao sistema, ela não necessita mais de ações e condições que a mantenha viva. Nesse sentido, emerge a discussão sobre biopolítica e necropolítica, conceitos aplicáveis para o entendimento da gestão da população brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma Teoria Geral da Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; ROSSINI, Rosa Ester. População e processo de estruturação do espaço geográfico. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, v. 2, pp. 7-18, 1983. PDF. DOI: <https://doi.org/10.7154/RDG.1983.0002.0001>.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GRISOSKI, Daniela Cecilia; PEREIRA, Bruno César. Da biopolítica à necropolítica. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XX, v. 20, n. 224, pp. 199-208, set./out. 2020. ISSN: 1519.6186.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: histórias e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. ISBN: 978-85-15-03536-6.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3ª ed., São Paulo: n-1 edições, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/rmi.2018.39278>.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. DOI: <https://doi.org/10.5433/got.2020.v6.38992>.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongo2026@unir.br
@vcongo2026
vcongo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongo-638599/